

INCLUSÃO ESCOLAR

Maria Zella, Dalton Tadeu Reynaud

Maria Zeela¹

Dalton Tadeu Reynaud dos Santos²

RESUMO: Atender às crianças que integram a educação inclusiva é desafiante para todos os que trabalham na área. Exige estratégias, diversidades e condicionantes facilitadoras que permitam essa inclusão e ampliem a capacidade e sensibilidade do professor para integrar as diferenças, rejeitar a marginalização de alunos que precisam de oportunidades para aprenderem e se destacarem como cidadãos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Especial; Educação Inclusiva; Aprendizagem.

ABSTRACT: Addressing children in inclusive education is challenging for all who work in the area. It requires strategies, diversities and facilitating factors that allow such inclusion and increase the capacity and sensitivity of the teacher to integrate differences, to reject the marginalization of students who need opportunities to learn and stand out as citizens.

KEY-WORDS: Special education; Inclusive education; Learning.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido vista como um desafio pelos profissionais da educação: professores, equipe pedagógica, integrantes de equipes multidisciplinares, além dos próprios alunos; todos encontram-se diante de mudanças educacionais e sociais constantes. Porém o professor, ao atuar em sua classe, contempla diretamente as inúmeras alterações que ocorrem nas práticas pedagógicas do seu cotidiano e que estão diretamente relacionadas com a diversidade que as envolvem.

¹Professora Universitária, graduada em enfermagem, especialista em Enfermagem do Trabalho e mestranda do Programa de Formação Avançada em Educação – UDE - Montevideo / Uruguai.

²Professor Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina. Professor titular do Centro Universitário Campos de Andrade, e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e coordenador do Comitê de Ética.

Diante deste fato, o desenvolvimento deste artigo gira em torno o tema que trata da inclusão escolar e suas interligações com a educação especial, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica para maior conhecimento acerca do tema, bem como uma visão mais ampla acerca de suas relações, que possam ser aplicados no dia-a-dia.

O procedimento metodológico se baseia em consulta de documentos e bibliografias publicadas, que trazem à tona alguns dos principais problemas e dificuldades que o professor encontra para trabalhar os alunos com necessidades especiais e com foco na sua inclusão em classes, visando conhecer as melhores soluções a serem utilizadas. Embora seja um tema praticamente inesgotável, a sua abordagem deve ser constante, considerando que o professor se encontra diante de muitas diferenças e critérios que precisam ser conhecidos e atendidos da melhor forma, a fim de se alcançar amplo resultado educacional em relação aos alunos em inclusão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No ambiente educacional, pode-se afirmar que todos os alunos têm necessidades educacionais comuns e individuais, que são generalizadas e atendidas pelos professores; são dificuldades que se relacionam à aprendizagem dos conteúdos escolares; porém, cada um deles apresenta diferentes capacidades, interesses, níveis, ritmos e estilo de aprendizagem; porém, em uma classe com cerca de 30 a 40 alunos, sempre se encontram alunos que com necessidades educacionais diferenciadas e adicionais, o que se constitui em problema a ser dimensionado e solucionado.

Em conformidade com o sistema educacional brasileiro vigente, estas diferenças precisam ser atendidas de tal forma que, mesmo os alunos que apresentam significativas dificuldades de aprendizagem, ou algum tipo de limitação no seu desenvolvimento, podem estar inclusos nas salas com os outros alunos, sem diferenciação, embora o seu cuidado e atenção se traduzam em maior dificuldade para o professor e até para os próprios alunos e seus colegas.

A Educação Especial pode ser deferida, segundo refere o Ministério da Educação (BRASIL, 2007), como uma modalidade de educação escolar que visa promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à idade, necessitando de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas, a exemplo dos deficientes visuais e auditivos.

Sob este entendimento, a Educação Especial deixa de ser centralizada nas dificuldades de aprendizagem dos alunos, como ocorreu por décadas passadas, para ser, na atualidade, centrada no desenvolvimento das potencialidades dos educandos, direcionando suas competências e habilidades. Vale mencionar por exemplo, que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência, sendo que metade destes apresentam deficiência mental (BRASIL, 2006). As causas mais comuns são: as anomalias cromossômicas, doenças infecciosas, uso de drogas, álcool e desnutrição. Assim, entende-se que a inclusão educacional do aluno com deficiência intelectual não é somente de ordem física ou comunicacional; sua inclusão eficiente depende da “mudança em relação ao modo como o conhecimento é tratado na Escola” (FERNANDES, 2006, p. 99).

A escola tem por tarefa fundamental o dever de educar, de ofertar a aprendizagem a todos os alunos, mesmo os que têm necessidades educativas especiais, pois apesar de suas dificuldades, e de precisar de um programa educativo adaptado às suas necessidades, ao frequentar a escola, junto dos seus colegas da mesma idade, seu aproveitamento pode ser também bastante proveitoso.

Pode-se afirmar que, considerando o ensino-aprendizagem “sob o fundamento de que o processo de inclusão escolar se dá gradativamente, conforme se estruture uma sólida rede de apoio ao aluno, aos profissionais da educação e à família”, é importante que seja também, persistente. (SEED, 2006, p. 33). As diferenças encontradas podem ser de ordem biológica, psicológica e até mesmo sociocultural; exigem atenção específica e recursos educacionais muitas vezes diferenciados, para superar os seus limites e desenvolver suas potencialidades.

Segundo Rosita E. Carvalho (2008), este quadro conduz à uma nova visão do papel da escola; resignificar o seu papel é uma necessidade apontada pela

sociedade, já que à atividade educacional vem se somando atribuições políticas e sociais em função da diversidade da clientela da escola e da complexidade das demandas oriundas do contexto social, econômico, político e cultural. Ou seja,

Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática (PEREIRA, 2014).

Assim, verifica-se que o conceito de escola inclusiva vem de um consenso emergente de que alunos com necessidades especiais devem estar incluídos na escola regular com currículos adaptados conforme a necessidade de cada um.

A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO. Todos os alunos têm necessidades educacionais comuns e individuais, as quais são ofertadas pelos professores e se relacionam às aprendizagens dos conteúdos escolares. Também possuem diferentes capacidades, interesses, níveis, ritmos e estilos de aprendizagem, porém, alguns têm necessidades adicionais, que se constitui no problema-chave da educação especial e inclusiva. A diferenciação do ensino das crianças que apresentam necessidades especiais, que proporciona a inclusão, deve ser aquela que parte da diversidade de programas e ações direcionadas a um grupo heterogêneo, que apresenta ritmos e estilos de aprendizagem diferentes, mas onde todos os seus integrantes buscam aprender no grupo e com o grupo, acrescentando e adquirindo novos saberes.

No que diz respeito à realidade educacional, as políticas públicas incluem cada indivíduo, independentemente das diferenças e os conduzem para a prática de ações que trabalhem sob os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social. O entendimento acerca das necessidades especiais se aprofundou e embora muitos definam alunos com necessidades especiais como deficientes, no entanto, a concepção de suas necessidades é bem mais ampla.

Alunos com necessidades especiais apresentam significativas dificuldades de aprendizagem, bem como algum tipo de limitação no seu desenvolvimento, devido a circunstâncias que podem ser de ordem biológica, psicológica e até

sociocultural, exigindo com isto uma atenção específica e recursos educacionais muitas vezes diferenciados para superar seus limites e desenvolver suas potencialidades.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), no que diz respeito ao conceito de necessidades educacionais especiais, afirma que: “os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for.” Em 2008, no Brasil, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial “passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”, articulando a educação especial ao ensino comum e orientando para o atendimento as necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008).

BASE LEGAL ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Nos últimos anos, o Governo Federal, dos Estados e Prefeituras, vêm discutindo propostas pedagógicas que norteiem ações essenciais para atender à diversidade escolar, estabelecendo alternativas educacionais possíveis para direcionar a inclusão dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais. Pela legislação vigente, cabe ao Poder Público ofertar serviços de atendimento especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais, para que as mesmas possam ter acesso ao seu aprendizado escolar. Porém, para que isso ocorra, é necessário que toda a comunidade escolar proporcione estratégias educacionais eficazes e incentivem a permanência e o sucesso destes alunos no contexto escolar.

Estes cuidados envolvem desde a adaptação de recursos arquitetônicos adequados nas escolas, até a contratação de profissionais especializados, aquisição materiais didáticos e tecnológicos para a realização de um trabalho pedagógico eficiente, pois ensino-aprendizagem adequado requer também algumas importantes adaptações curriculares, para atender aos alunos com inclusão. Em termos legais, a política educacional inclusiva no Brasil já se fez presente na promulgação da Constituição Federal em 1988, que em seu art. 208 e art. 227.

Outros esforços foram implementados para assegurar o direito à educação de qualidade a todos, por meio da sua inclusão em escolas regulares. Em 1989 a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro, foi implantada visando estabelecer normas para o apoio às pessoas com necessidades especiais bem como a sua integração, para assegurar o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Vale mencionar que, em 1990, a Lei nº 8.069 instituiu o “Estatuto da Criança e do Adolescente” estabelece, entre outras determinações, em seu art. 5º., que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Também merece menção, no art. 11, em seu parágrafo 1º., diz: “A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento especializado.” Já no âmbito internacional, a educação inclusiva no ambiente escolar, atende aos preceitos do artigo 8º da Declaração de Salamanca, que prescreve:

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para a construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais e seus colegas.

A Conferência ocorreu na cidade de Salamanca, na Espanha, entre 1 e 10 de junho de 1994, tornando-se uma importante referência mundial para a Educação Inclusiva. Com sua regulamentação a educação inclusiva e a educação especial passaram a integrar a proposta pedagógica da escola regular, com a finalidade de promover o atendimento às necessidades dos alunos com dificuldades, entre outros transtornos. A educação especial tem ações voltadas para o atendimento às especificidades desses alunos no âmbito de uma atuação mais ampla na escola quanto no processo educacional.

A INCLUSÃO ESCOLAR NA PRÁTICA. A mudança geradora de uma educação inclusiva é um dos grandes desafios da educação de hoje porque imputa à escola a responsabilidade de deixar de excluir para incluir e educar a diversidade do seu público, numa perspectiva de sucesso de todos e de cada um,

independentemente da sua cor, raça, cultura, religião, deficiência mental, psicológica ou física.

A implicação de todos os intervenientes no processo de tomada de decisão sobre as mudanças a realizar e a sua operacionalização, numa dinâmica de ação/reflexão/ação contínua e sistemática, poderá ser, para o professor em geral e para o professor de apoio educativo em particular, uma estratégia eficaz de resolução de alguns dos problemas com que se confronta hoje, na sua escola e na sua sala de aula. (SANCHES, 2005, p. 128).

Conforme descreve a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão escolar pode ser entendida como uma modalidade de educação escolar que visa promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à idade, necessitando de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.

Nesse processo, a educação especial deixa de ser centralizada nas dificuldades de aprendizagem dos alunos e passa a focar no desenvolvimento das potencialidades dos educandos em inclusão dentro de suas possibilidades presentes e potenciais. Para aplicar a educação inclusiva é necessário entender seu contexto.

O acesso à educação inclusiva tem de passar pela eliminação de qualquer discriminação, seja ela positiva ou negativa, embora para lá chegar se tenham de percorrer muitas etapas intermédias, por vezes bem discriminatórias. É apostar no contexto e no grupo, como ponto de partida e ponto de chegada, sem deixar de fora nenhum dos seus elementos e aproveitando-os como recurso para dinamizar e estimular as aprendizagens sociais e educativas. (SANCHES, 2011, p. 136).

O conceito de escola inclusiva vem de um consenso emergente que os alunos que apresentam necessidades especiais devem estar incluídos na escola regular com currículos adaptados conforme a necessidade de cada aluno. Apesar de apresentar conceitos e entendimentos distintos, a inclusão escolar tem suas raízes fundadas na integração escolar, onde a ideia da diversidade social surgiu como fator de enriquecimento e incentivando o respeito às necessidades de todos os cidadãos,

revelando a possibilidade de existência de um eixo central de uma nova prática social: a construção de espaços inclusivos na sociedade (FERNANDES, 2006).

Nesta perspectiva, a educação inclusiva tem como maior desafio a provisão do ensino de qualidade para todas as crianças e jovens que tenham ou não algum tipo de deficiência; deixando o caráter assistencialista, e direcionando suas ações para a escolarização da criança com deficiência, visando sua autonomia, o desenvolvimento das suas potencialidades e a construção da sua cidadania. Hoje, entende-se que:

A educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o ato educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma *praxis* que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (SANCHES, 2005, p. 132).

Analisando então as questões da diversidade, pode-se afirmar que cada criança tem seu tempo, seu ritmo e suas condições de aprendizagem e estas são condicionantes que devem ser consideradas antes da escolha da técnica pedagógica a ser aplicada. Acredita-se que a convivência com as diferenças, que ocorre no ambiente escolar inclusivo, é fundamental para o enriquecimento de todas as pessoas, para o desenvolvimento integral das crianças nessa etapa escolar, ante as referências adultas e as inter-relações com professoras e professores, tendo como eixo principal, a oferta de educação de qualidade para todos, baseada no respeito à diversidade, igualdade de acessibilidade e permanência dos educandos.

O PROFESSOR FACE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Seguindo a teoria de Vygotsky, por exemplo, as crianças com deficiência mental podem não ser capazes de ter pensamento abstrato; porém, o papel da escola deve ser o de conduzi-las para esta direção, de forma que o conhecimento concreto seja apenas um ponto de apoio para o desenvolvimento do pensamento abstrato. (VYGOTSKY, 2000, p.116).

Este entendimento conduz ao fato que, além de a inclusão da criança com deficiência ser garantida por lei, ela é possível de ser realizada, por meio de um trabalho conjunto; e a escola é o meio para a inserção, condução e efetivação do

seu aprendizado e para o desenvolvimento de suas potencialidades, sejam quais forem as suas diferenças e dificuldades. A implementação do Programa de Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, promovida pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação- MEC, veio efetivar medidas por meio da

[...] formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (BRASIL, 2005, p. 9).

Relacionar as especificidades dos alunos e inseri-las no atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, é uma tarefa que define o objetivo do professor e seus critérios estão implícitos na proposta da educação inclusiva. A inclusão educacional deriva de um sistema educativo que não diferencia suas modalidades (regular e especial), mas oferece atenção aos alunos que apresentem capacidade de aprender, segundo as suas características pessoais. Neste sentido, o desafio da inclusão escolar é enfrentado com uma nova forma de repensar e reestruturar as políticas e estratégias educativas, voltadas para a criação de oportunidades efetivas de acesso para os educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, oferecendo as garantias indispensáveis para que frequentem e mantenham-se na escola para aprender. Conforme refere Sanches (2005, p. 137),

É possível ensinar para fazer aprender mesmo nas em situações difíceis, se acreditarmos que é possível e se utilizarmos os meios e os recursos necessários. É necessária criatividade, trabalho, saber e meios para que o ensino seja verdadeiramente eficaz para todos.

Esta realidade virá à tona, desde que a própria escola se volte para a inclusão, para a implementação de uma educação adequada e de qualidade, visando atender a todos os alunos que estão sob a sua responsabilidade.

É de suma importância que gestores, professores, bem como a equipe pedagógica que o acompanha, conheçam as características do desenvolvimento dos

alunos, suas potencialidades e dificuldades, para que tenha referências acerca do que pode esperar e até onde é possível chegar em sua trajetória escolar.

Na vivência diária pode-se observar nas escolas a grande demanda de alunos com dificuldades temporárias ou permanentes e que necessitam de atenção especial. Pode-se afirmar também, que muitos professores têm se mostrado sem preparo adequado diante das práticas pedagógicas necessárias ao seu cotidiano, para atender os alunos com necessidades especiais. Também deve-se mencionar que o fato das classes conterem um grande número de alunos e entre eles, alguns inclusive com problemas de disciplinas e aprendizagens tardias, acaba por tornar o trabalho do professor mais difícil e com resultados insatisfatórios. Porém, pode-se afirmar que:

A educação especial tradicional sofreu um processo de transformação onde, ela não deve ser vista como a educação de um tipo de pessoa, senão como o conjunto de recursos colocados à disposição do sistema educacional que permite a adequação da resposta educacional às necessidades particulares de cada um dos alunos em um ambiente o menos restrito possível (SANTANA, 2003, p. 9).

Verifica-se que não basta apenas colocar o aluno em uma classe regular, pois o professor também deve receber apoio constante. Os alunos devem ser atendidos em salas com recursos e professores preparados para que o desafio da educação inclusiva seja vista com conscientização de todos os envolvidos.

Tem-se que pensar que para que a inclusão seja efetiva, é indispensável que, além das garantias legais, das normas e modificações no sistema de ensino, deve-se considerar também o contexto socioeconômico, pois a inclusão escolar depende de mudanças da visão da sociedade e da sua vivência, da análise e reflexão de suas ações, reunindo pais, professores, diretores, equipes pedagógicas, alunos e também representantes da comunidade. São medidas que se desenvolvem lentamente, com dificuldades imensas, mas que não podem ser rejeitadas nem temporizadas, a começar nas salas de aula. Refere Marilú Mourão Pereira (2014), que pesquisas feitas junto a professores alcançaram algumas justificativas dos mesmos, relatando suas dificuldades, preconceitos e receios, tais como:

(...) "não sou capaz disso", "não sei por onde começar", "é preciso ter uma equipe técnica na escola", "a direção não entende", "vai prejudicar os outros alunos", "não vou beneficiar o aluno com deficiência", "a criança com deficiência sofre rejeição dos outros alunos", "preciso de assessoramento em sala de aula, tanto para os com deficiência quanto para os de altas habilidades", ficamos angustiados e sem ação frente a esse aluno" , "precisamos de pessoal qualificado que nos ajude a amenizar a angústia que temos ao trabalhar com eles", (...) (PEREIRA, 2014).

São declarações que demonstram as dificuldades, a falta de preparo adequado, a falta de conhecimento de metodologias mais rápidas, eficientes e adequadas, e até mesmo, insegurança quanto às medidas a serem tomadas e o apoio da direção. Muitas vezes o professor acha-se desorientado diante do aluno que precisa de orientação mais adequada e assim, entende-se que precisam receber maior respaldo em suas atividades diárias. Para tal fim, sugere Windyza Ferreira (2006), que, para que a inclusão seja uma realidade, ainda existem inúmeras barreiras pedagógicas, políticas e sociais, a serem transpostas, pois o desenvolvimento humano e suas relações interferem diretamente no processo de ensino aprendizagem, pois cada aluno está inserido em contextos sociais diferenciados. E ainda, em apoio aos professores,

Devemos utilizar novas tecnologias e Investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas e práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Ter um psicopedagogo para que venha assessorar o professor na resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos, levar em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações (FERREIRA, 2006).

Cabe à equipe pedagógica e à direção escolar estabelecer uma proposta de diversificação de conteúdos e práticas, em apoio aos alunos e professores, de tal forma que possam aperfeiçoar o seu relacionamento e facilitar a tarefa de ensino-aprendizagem escolar. Com estas medidas, aliadas à avaliação constante, poder-se-á alcançar melhor qualidade na transmissão e apreensão de conhecimento, além de incentivar a criatividade e de uma cooperação participativa entre todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, pelo estudo feito, os objetivos da educação inclusiva vêm sendo disseminados pela literatura e sendo aceitos e aplicados paulatinamente, nas instituições educacionais.

A educação inclusiva e a educação especial hoje integram a proposta pedagógica da escola regular, em todos os níveis, pois tem como finalidade precípua promover o atendimento às necessidades dos alunos de maneira integrada, plena, da melhor forma possível, quer sejam alunos com deficiência, quer apresentem dificuldades específicas, que evidencie quaisquer outros transtornos.

Na prática, observa-se ainda a existência de conflitos entre as pessoas públicas envolvidas, a ausência de apoio financeiro efetivo e de preparo adequado dos professores direcionados ao atendimento das pessoas com necessidades especiais, porém, pode-se afirmar que as ações convergentes sobre a inclusão, estão sendo aplicadas, da melhor forma possível. A mudança geradora de um sistema educacional onde a inclusão é um dos maiores desafios da educação da atualidade, traz para o ambiente escolar e mais propriamente para as salas de aulas, a responsabilidade de deixar de lado a exclusão e trabalhar com a inclusão, considerando diversidade dos seu público, avaliando e identificando as melhores perspectivas de sucesso de cada aluno, para alcançar o melhor em sala de aulas, independentemente da cor, raça, cultura, religião, deficiência mental, psicológica ou física dos educandos sob os seus cuidados.

No entanto, pode-se afirmar que, apesar de todas as políticas públicas que tratam da educação inclusiva, as mesmas não garantem o sucesso dessa inclusão se não for coerente com o papel relevante de cada personagem envolvido como: pais, gestores, professores, alunos, equipe pedagógica, profissionais de apoio, promovendo a inserção do aluno no ambiente escolar considerando que por mais prejudicial que seja a exclusão, uma inclusão deficitária provoca efeitos piores ainda pois coloca em risco o desenvolvimento educacional, emocional e o próprio exercício da cidadania da criança com deficiência. Trata-se de um compromisso gigantesco, que exige visão multidisciplinar dos professores, o apoio interdisciplinar da equipe pedagógica e profissionais de apoio, porém, pode-se afirmar que os seus bons

resultados tem sido constatados no ambiente escolar, relatados pela literatura e comprovados por experiências vividas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 12 abr, 2017.

_____. **Educação inclusiva: direito a diversidade**. Documento orientador. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>> Acesso em: 15 abr, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. rev. atual.– Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm> Acesso em 26 abr. 2017.

_____. _____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1989**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/.../decretos/.../decretos/.../decreto-3-298-20-12-1999> Acesso em 02 maio, 2017.

_____. _____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 04 maio, 2017.

_____. _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 03 maio, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência**. 2. ed. rev. atual. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006.

CARVALHO, Rosita E. **Escola Inclusiva a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FERNANDES, Sueli, **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2006.

FERREIRA, Windy B. **Educar na diversidade**: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão escolar**: Um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: <[http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusao escolar.htm](http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusao_escolar.htm)> Acesso em: 18 abr, 2017.

SANCHES, Isabel. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, 2005, n. 5, p. 127-142. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/349/00507.pdf>> Acesso em 13 abr, 2017.

_____. Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de Educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, n. 19, 2011, p. 135-156. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/viewFile/2846/2163>> Acesso em 13 abr, 2017.

SANTANA, Juliana de Oliveira. **Educação especial**: Inclusão de crianças especiais em salas de ensino regular. 2003. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <<http://www.contabilizando.com/monografiapedagogia.htm>> Acesso em: 26 abr, 2017.

SANTOS, M. P. **Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão em Universidades**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**, sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em: 20 abr, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.